

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

SANTOS, Ana Lea Bispo dos

leliinesquecivel@hotmail.com

SANTOS FILHO, Arlindo Paulo dos

arlindopaulo@yahoo.com.br

SANTOS, José Walter

waltinho.monte@bol.com.br

ARAUJO, Maria José de Azevedo.

Graduada em Pedagogia, Mestre em Educação e Professora do Curso de Letras-Português da
Universidade Tiradentes-UNIT.

azevedo1956@bol.com.br

RESUMO

Este artigo científico versa sobre a inclusão. O tema foi escolhido por despertar uma imensa sensibilidade social além da curiosidade do grupo em pesquisar como estão sendo preparados os professores para atuar com alunos portadores de necessidades especiais. Em face dos múltiplos desafios que a educação vem enfrentando atualmente, entre os quais o princípio da educação inclusiva cujo lema é o da educação para todos, onde se rejeita a existência de seres humanos incapazes de se firmar no convívio social pelo fato de serem diferentes. No entanto, cabe a escola preparar seu corpo docente para assumir a responsabilidade de ser facilitadora do processo inclusivo, abrindo espaço não só para o aluno considerado normal, mas pensando a educação como um direito de todo cidadão. Assim, a inclusão social vem resgatar o sentido original da integração, assumida com um novo paradigma educacional. E nesse cenário, a discussão sobre a inclusão de alunos especiais na escola regular assume um caráter peculiar, embora, a esse respeito o sistema escolar procure por obrigação estar preparado para receber o aluno e, se for o caso, até modificar seu funcionamento para incluir todos os discentes, assegurando-lhes um direito constitucional seja ele portador de qualquer necessidade especial. O projeto político pedagógico das instituições de ensino deve ser revertido com o compromisso político da inclusão, ampliando para isso o conceito de participações mais efetivas, no sentido de capacitar o professor para lidar com as diversidades do aluno, com isso maior será seu dinamismo e maturidade.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Inclusiva, Legislação, Cidadania.

ABSTRACT

This scientific article turns on the inclusion. The theme was chosen by waking up an immense social sensibility besides the curiosity of the group in researching as the teachers are being prepared to act with students carriers of special needs. In face of the multiple challenges that the education comes facing now, among the ones which the beginning of the inclusive education whose slogan is it of the education for everybody, where the human beings existence is rejected unable to firm in the social conviviality for the fact of they be different. However, the school fits to prepare its faculty to assume the responsibility of being facilitative of the inclusive process, opening space not only for the normal considered student, but thinking the education as a right of whole citizen. Thus, the social inclusion comes to rescue the sense original of the integration, assumed with a new educational paradigm. And in that scenery, the discussion on the special students' inclusion in the regular school assumes a peculiar character, although, to that respect the school system seeks for obligation to be prepared to receive the student and, if it goes the case, until modifying its operation to include all the discentes, assuring them a constitutional right is him carrier of any special need. The pedagogic political project of the teaching institutions should be reverted with the political commitment of the inclusion, enlarging for that the concept of more effective participations, in the sense of qualifying the teacher to work with the student's diversities, with that adult will be its dynamism and maturity.

KEY-WORDS: Inclusive education, Legislation, Citizenship.

INTRODUÇÃO

Está assegurado na Constituição Brasileira, o atendimento educacional as pessoas com necessidades especiais em ambiente escolar comum (Constituição de 1988, art. 208), garantindo o princípio de que a educação é um direito de todos.

A partir deste princípio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), promove ações como a proposta no capítulo V – “A educação Especial”, dando abertura do processo de atendimento educacional e a garantia de introduzir nele inovações e, conseqüentemente, assegurando maiores possibilidades de integração do portador de deficiência à sociedade.

Nessa nova visão, as crianças portadoras de necessidades têm atualmente o direito de ser matriculada em qualquer escola da rede regular. Essa mudança gerou um intercâmbio de

profissionais especializados para atender as necessidades educativas especiais, bem como infra-estrutura adequada e condições materiais para o trabalho pedagógico.

Através do novo cenário, busca-se um ensino adaptado às diferenças e as necessidades individuais, ou seja, educadores habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos nos vários níveis de ensino. O que envolve, por exemplo: o uso de novas técnicas e recursos para essa clientela; o estabelecimento de novas formas de avaliação; o estímulo à participação de pais e da comunidade nessa nova realidade social e educacional. Daí percebe-se a necessidade de preparar os professores a fim de atender às peculiaridades apresentadas pelos alunos.

A preparação, preconizada na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), implica em uma mudança total de atitude quanto à questão do convívio e da educação da criança portadora de necessidade especial e, para isso, é de máxima importância o papel dos profissionais especializados para o sucesso do programa.

Com isso, o programa necessita de preparação adequada dos agentes educacionais, como fator fundamental para a mudança, que vai muito além da simples presença de professores em cursos que visem mudar sua ação no processo ensino-aprendizagem, o que requer um amplo envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática.

Portanto, percebe-se que o processo de inclusão social nas escolas da rede regular de ensino, necessita de profissionais com formação especializada para o trabalho com a diversidade dos educandos a fim de garantir o êxito da educação inclusiva. Que tipo de preparação o professor está recebendo para trabalhar com a inclusão social na Escola?

O processo de capacitação do corpo docente da escola não tem sido suficiente devido à falta de uma política educacional específica voltada para área como prevê a LDB. A preparação do professor é de suma importância para a escola e para a sociedade, pois a falta

de uma política educacional direcionada a estes profissionais pode gerar um outro fator: o da exclusão.

1. INCLUSÃO SOCIAL

1.1 Aspectos Ligados a Formação do Professor

As reformas educacionais e a resposta à diversidade das necessidades educacionais do aluno, exigem novas aptidões em termos de formação docente. O professor assume uma imensa responsabilidade nesse processo, a ponto de buscar meios adequados para que se atinja uma educação inclusiva de qualidade.

Quando se trata da inclusão, deve-se considerar aspectos ligados a formação do professor, uma vez que, este deve estar preparado e seguro para trabalhar com o aluno com necessidade educacional especial. Conforme já destacava Piaget (1984, p. 62)

(...) a preparação dos professores constitui questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva, pois, enquanto não for a mesma resolvida de forma satisfatória, será totalmente inútil organizar belos programas ou construir belas teorias a respeito do que deveria ser realizado. Ora esse assunto apresenta dois aspectos. Em primeiro lugar, existe o problema social da valorização ou da revalorização do corpo docente primário e secundário, a cujos serviços não é atribuído o devido valor pela opinião pública, donde o desinteresse e a penúria que se apoderaram dessas profissões e que constituem um dos maiores perigos para o progresso, e mesmo para a sobrevivência de nossas civilizações doentes. A seguir, existe a formação intelectual e moral do corpo docente, problema muito difícil, pois quanto melhores são os métodos preconizados para o ensino mais penoso se tornam o ofício do professor, que a pressupõe não só o nível de uma elite do ponto de vista dos conhecimentos do aluno e das matérias como também uma verdadeira vocação para o exercício da profissão. Para esses dois problemas existe uma única e idêntica solução racional: uma formação universitária completa para os mestres de todos os níveis (pois quanto mais jovens são os alunos, maiores dificuldades assumem o ensino, se levado a sério).

Os três elementos apontados por Perrenoud (2000) se constituem em aspectos fundamentais para a construção de profissionais que assumam a tarefa de desbravar e abrir novos caminhos, construindo com isso uma autonomia individual e liderança na gestão de sala de aula. Na condição de profissionais reflexivos, as receitas prontas não são mais adequadas e sim as habilidades para identificar, definir, projetar, avaliar os desafios.

Se para trabalhar com alunos que apresentam diferentes níveis de desempenho já se faz necessário desenvolver essas habilidades, mais importante ainda serão essas características diante das necessidades especiais dos alunos incluídos.

A responsabilidade começa com a compreensão de que é necessário estar em permanente processo de aprendizagem e interação com outros profissionais para conseguir desenvolver as competências docentes necessárias na contemporaneidade.

Se considerarmos ainda, que a formação inicial perdeu sua característica de processo extenso, complexo e valorizado para se converter em uma atividade parcial, simplificada, desarticulada e que ao longo das últimas décadas foi sendo gradativamente desvalorizada, pode-se vislumbrar o enorme desafio que a tarefa se impõe.

Nesse aspecto, a Educação como essência do trabalho escolar, se apresenta como elemento fundamental no processo de desenvolvimento de potencialidades que poderão contribuir para uma resignificação da condição humana dos portadores de necessidades educativas especiais.

Bueno (1999) assinala que um ensino de qualidade para crianças com necessidades especiais, na perspectiva de uma educação inclusiva, envolve pelo menos, dois tipos de formação profissional docente: professores “generalistas” do ensino regular, com um mínimo de conhecimento e prática sobre alunado diversificado; e professores “especialistas” nas diferentes “necessidades educacionais especiais”, quer seja para atendimento à essa população, quer seja para apoio ao trabalho realizado pelos profissionais de classes regulares que integrem esses alunos.

O professor especializado precisa participar de todas as ações, opinando e discutindo com o professor do ensino regular e colaborando em todo o planejamento em suas fases de

elaboração, execução e avaliação. Desta forma, ambos terão oportunidade de socializar o seu saber específico e junto aos outros profissionais da equipe contribuir para a melhoria da qualidade do ensino oferecido.

A integração de professores generalistas e especialistas com outros profissionais como: pedagogos, psicólogos, psicopedagogos, intérpretes de língua de sinais e assistentes sociais, levaria a capacitação dessa equipe colaborativa em serviço, e contribuiria para uma mudança na qualidade da escola inclusiva.

Além dessa integração entre pares, não se pode deixar de destacar a importância de tanto professores quanto gestores em relação aos equipamentos e tecnologias assistivas, que são aquelas necessárias para facilitar o processo de inclusão de alunos com deficiência.

O Brasil ainda apresenta um índice mínimo de acessibilidade digital, e as adaptações de material didático e livre acesso aos meios de comunicação ainda deixam muito a desejar em relação a outros países. É especialmente frustrante para pessoas com deficiências a impossibilidade de acessar os conteúdos disponibilizados na Internet, pelas instituições de ensino pela falta de teclados adaptados, caixas de som, ou mesmo acesso com rampas ou bancadas adaptadas a cadeirantes nos laboratórios de informática.

O uso das tecnologias assertivas no ambiente escolar, pode contribuir para melhorar a aprendizagem devido a versatilidade de linguagens envolvidas. Elas permitem a integração de vários conteúdos, ensinando, revisando, corrigindo e reforçando conhecimentos, usando diferentes tipos de representações que são trabalhadas por diferentes estilos de aprendizagem e diferentes talentos. Isso porque revestem os processos educativos com movimentos, cores, sons, emoções, relacionamentos com pessoas e dados concretos, além de permitirem que a

aprendizagem se constitua por meio de outras abordagens (CORTELAZZO, 1996). Porém, os docentes precisam estar capacitados para explorar toda a riqueza desses meios, porque:

O trabalho precisa ser minucioso e não admite improvisações ou adaptações ao acaso. Demandam materiais e programas bem estruturados, sistemáticos, com informações organizadas em seqüências apropriadas, com palavras e imagens cuidadosamente selecionadas para facilitar a compreensão, a retenção e a execução dos conhecimentos (PFROMM NETO, 2001, p. 74).

Se não existe uma cultura inclusiva na sociedade como um todo e nas instituições de ensino, fatalmente se estará comprometendo a formação de professores, não apenas no curso de pedagogia, mas em todas as demais licenciaturas.

Portanto, ao retomar-se o problema quais são os desafios para a formação de professores na graduação em pedagogia tendo em vista a concepção de educação inclusiva? Pode-se afirmar que esses desafios são grandes, devido principalmente a falta de uma tradição histórica na lida com a problemática. Associado a isso vive um momento histórico em que a falta de recursos compromete a capacitação dos membros da equipe da escola em lidar com essa realidade.

Para isso faz-se necessário o desenvolvimento de um novo grupo de profissionais-intelectuais, que deve ser entendida como aquele cuja atividade prática – profissional - serve base para a elaboração de novas teorias – intelectual - que vão propiciar o surgimento de práticas pedagógicas diferenciadas, flexíveis e libertadoras.

Portanto, o trabalho docente com portadores de necessidades educativas especiais na contemporaneidade deve combinar estes dois aspectos, o profissional e o intelectual, e para isso se impõe o desenvolvimento da capacidade de reelaborar conhecimentos. Desta maneira, durante a formação inicial, outras competências precisam ser trabalhadas como a elaboração,

a definição, a reinterpretação de currículos e programas que propiciam a profissionalização, valorização e identificação do docente (PIMENTA, 2002).

A verdadeira profissionalização se dá a partir do momento em que é permitido ao professor racionalizar e analisar a própria prática, criticando-a, revisando-a, fundamentando-a na construção do crescimento da unidade de ensino como um todo. O professor é um agente fundamental no processo de inclusão, mas ele precisa ser apoiado e valorizado, pois sozinho não poderá efetivar a construção de uma escola fundamentada numa concepção inclusivista.

Para tanto faz-se necessário “a preparação de todo o pessoal que constitui a educação, como fator chave para a promoção e progresso das escolas inclusivas” (Declaração SALAMANCA p. 27).E também, “a provisão de serviços de apoio é de importância primordial para o sucesso das políticas educacionais inclusivas.” (Declaração SALAMANCA p. 31).

Tendo em vista o aumento considerável de professores-alunos que atualmente freqüentam a Graduação de Pedagogia, essa etapa constitui-se um momento adequado para instrumentalizá-los a fazer uso dos recursos tecnológicos como elementos não somente de mediação pedagógica, mas principalmente de inclusão acadêmica e social, servindo para construir conhecimentos e dar sentido a uma prática diferenciada.

O investimento se concretiza na dedicação ao trabalho, nas leituras, na busca de alternativas pedagógicas que permitam não somente o desenvolvimento dos alunos regulares mas a sua integração e interação com os incluídos, de modo a que ambos se beneficiem e enriqueçam com a experiência.

Por fim a criatividade, que é resultante das experiências acumuladas e desenvolvimento pessoal, e também do acesso a diferentes recursos e infra-estrutura que a escola venha a disponibilizar.

Em todo processo educativo, a competência profissional do professores, sua capacidade de planejar situações de aprendizagem, realizar processos de adaptação do currículo, elaborar pautas de trabalho em equipe, etc., adquire uma grande relevância, que nos parece decisiva para o êxito ou para o fracasso de tal processo. (Domingos, 1991, p. 269).

Domingos destaca que o professor tem a possibilidade de: criar um clima adequado para interação e a cooperação, motivar os alunos e produzir expectativas positivas utilizando reforços de auto-estima e reconhecimento, aceitar a diferença como um componente da normalidade, fomentar a convergência de todos os educadores por meio da atividade em equipe.

O movimento para responder a diversidade, numa escola integradora, tem muitas implicações para professores e para as próprias escolas que devem centrar-se na busca de estratégias de ajuda para todos os alunos, a fim de que estes possam desenvolver ao máximo suas possibilidades.

É necessário, portanto, analisar e aprofundar os aspectos que possam favorecer ou dificultar o desenvolvimento profissional e intervir adequadamente para que os professores trabalhem em condições adequadas e rendam ao máximo. (Torres e González, 2002, p. 240).

Existem várias séries de orientações conceituais que influenciaram a formação dos professores em geral e na educação especial, no qual, vai subsidiar para uma melhor capacitação inovando uma metodologia dinamizadora da aprendizagem, segundo Marcelo, (1994).

Considera-se necessário que os participantes do processo formativo do docente para uma educação especial, assumam o compromisso aberto, crítico e comprometido na busca de

marcos conceituais contextualizado, sensíveis e coerentes com as proposições e objetivos da diversidade educacional.

Se partimos do pressuposto de que, a reforma educacional tem objetivo prioritário melhorar a qualidade de ensino, é obvio que deve ser fixadas algumas bases sólidas em relação a formação e a atualização dos professores. (Torres González, 2002,p. 243).

O docente bem comprometido com a educação especial deve está preparado para trabalhar com alunos procedentes de diferentes contextos sociais e culturais e com diferentes níveis de capacidade e ritmos de aprendizagem, a fim de garantir a participação, a aprendizagem e o sucesso escolar de cada um.

Da perspectiva atual de nosso sistema, que opta politicamente por um modelo da escola compreensiva, e no âmbito concreto da escola integradora e aberta à diversidade, há necessidade de profissionais qualificados que possuam qualidades em varias dimensões. (Sánchez, 1996).

Entende-se que a formação docente como um processo continuativo, embora composto por fases claramente diferenciadas por seus objetivos e conteúdos curriculares, deverá manter alguns princípios éticos, didáticos e pedagógicos comuns, independentemente do nível de formação, portanto a formação do professor deve durar toda a sua vida profissional, como bem define Gonzáles:

A nova formação deveria girar sobre um eixo: a relação teoria-prática educativa. A formação não deveria realizar a tarefa tradicional de transmitir o conhecimento subjetivo, assumindo um compromisso que vai além de meramente disciplinar e técnico para afetar o âmbito pessoal, cooperativo social. (Torres González, 2002.p.245).

É necessário que o governo invista mais na educação inclusiva com a finalidade de oferecer educação e profissionalização às pessoas com necessidades educacionais especiais, ações de capacitação de gestores e professores em educação especial visando a inclusão social desses alunos. Redimensionamento das oficinas pedagógicas das escolas do sistema público e das organizações não governamentais por meio de: Expansão da oferta e melhoraria da qualidade dos cursos preparatórios para a educação profissional, considerando a demanda do mercado

de trabalho e as potencialidades dos alunos; Aquisição de equipamentos para oficinas pedagógicas e melhoria da funcionalidade das que já existem e a Capacitação dos professores para atuarem nesses cursos.

O olhar crítico para a história da humanidade revela, com muita clareza que nenhuma sociedade se constitui bem sucedida, se não favorecer, em todos as áreas da convivência humana, o respeito à diversidade que a constitui.

Nenhum país alcança pleno desenvolvimento, se não garantir, a todos os cidadãos, em todos as etapas de sua existência, as condições para uma vida digna, de qualidade física, psicológica, social e econômica.

A educação tem nesse cenário, papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania.

A inclusão, apesar de encontrar ainda, sérias resistências (legítimas ou preconceituosas) por parte de muitos educadores, constitui, sem dúvida, uma proposta que busca resgatar valores sociais fundamentais, condizentes com a igualdade de direitos e oportunidades para todos.

Porém, para que a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino se efetive, possibilitando o resgate de sua cidadania e ampliando suas perspectivas existenciais, não basta a promulgação de leis que determinem a criação de cursos de capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública. É fundamental que as políticas públicas para a inclusão possam ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que virá beneficiar, não

apenas os alunos com necessidades especiais, mais uma forma geral, a educação escolar como um todo.

A constituição federal afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo – se entre outros, o direito da vida. Esse direito objetiva que cada ser humano busque a plenitude de seu existir, participando da construção de sua vida pessoal, tendo uma existência digna, feliz e de qualidade.

Segundo as organizações das Nações Unidas – ONU, as pessoas portadoras de deficiências representam de 10 % da população mundial. Esse percentual pode ser ainda mais elevado quando se trata de países como o Brasil, onde as condições sócio – econômicas da população são precárias.

Dentro da filosofia em que se fundamentam os direitos humanos, é evidente que todos devem ter as mesmas oportunidades de aprender e de desenvolver suas capacidades, para, assim alcançar a independência social e econômica, para poder interagir plenamente na vida comunitária.

Considera – se que as crianças com necessidades educativas especiais são, antes de tudo, crianças e devem conviver com as outras em ambientes cotidianos com sua complexidade habitual, e não mais serem mantidos isolados e interagindo em um mesmo pequeno grupo por muitos anos, o que os leva a modificar muito pouco suas habilidades e conhecimentos.

Essa nova concepção fundamenta a presente constituição (1988), em acordo com o estatuto da criança e do adolescente seu artigo 54, alínea III promulgado em 1990, e a lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional de 1996, no seu artigo 4, alínea III, que claramente tem posicionamentos favoráveis a uma visão de educação especial que luta contra a exclusão dos portadores de deficiência.

Por meio do “Relatório Warnock” (Grã-Bretanha, 1979), deu-se a origem do conceito “necessidades educacionais especiais”, considerando a educação um bem e um direito de todos e, portanto, nenhuma criança deve ser considerada ineducável. Destaca também o relatório que a meta da educação é propiciar a qualquer pessoa uma formação que lhe assegure dirigir a sua própria vida pondo-lhe em condições de acesso ao mercado de trabalho.

Para minimizar ou compensar as dificuldades enfrentadas pelos alunos portadores das necessidades especiais, avanços sociais obtidos no campo dos direitos humanos e a mudança de paradigmas, fez introduzir modificações nas políticas e nos sistemas educacionais. Com isso muitos países, dentre eles o Brasil, se encontram em processo de transição para essa mudança por meio de diversos enfoques e modalidades de abordagem da educação para estudantes que requerem uma atenção especial.

E para o avanço progressivo em direção ao desenvolvimento da educação inclusiva, é necessário que as escolas criem progressivamente meios que facilitem a oferta de respostas à diversidade.

Não se pode, nesse contexto, ter uma visão estereotipada e um pensamento formado a cerca da parte etimológica da palavra "inclusão", portanto entendendo que o sentido de inclusão perpassa apenas do "incluir". Para José Pacheco, incluir educativamente é cobrir várias tentativas de atender à diversidade todas, das necessidades educacionais dos alunos nas escolas, baseado na realidade, propiciando e criando meios para fortalecer as seguintes crenças e princípios:

Todas as crianças conseguem aprender; todas as crianças freqüentam classes regulares adequadas á sua idade em suas escolas locais, [...] I recebem programas educativos adequados, [...] recebem um currículo relevante ás suas necessidades, (...) participam de atividades co-curriculares e extracurriculares, e beneficiam-se na cooperação e colaboração entre seus lares, sua escola e sua comunidade. (Brunswick, 1994).

Um ambiente escolar que tenha altas expectativas para os alunos, sendo seguro,

acolhedor e agradável, ajuda certamente na realização dessas crenças e princípios. Portanto, a administração escolar deve se voltar para práticas inovadoras, e o planejamento tem que ser feito de forma colaborativo entre o pessoal e os alunos, com o apoio de consultores externos.

Para uma educação escolar inclusiva bem-sucedida Thomas e colaboradores (1998), acreditam que se atentem as seguintes recomendações:

Coordenação de serviço, colaboração do pessoal, sistema financeiros que redirecionam fundo a partir de um provisionamento segregacionista para um inclusivo, ação positiva na promoção de relações e comprometimento com frequência escolar. (Pacheco, 2007).

A educação inclusiva tornou-se uma política aceita internacionalmente, visto que, iniciativas feitas pela União Européia, pelas Nações Unidas, pela UNESCO, Banco Mundial e por organizações não governamentais que contribuíram para um crescente consenso de que todas as crianças têm o direito à educação em escolas integradoras independentemente de suas deficiências ou necessidades especiais.

Para Both e Ainscow (2000), “a educação inclusiva implica processos para aumentar a participação dos estudantes e a redução de sua exclusão cultural, curricular e comunitária nas escolas locais”. As escolas que conseguem bons resultados caracterizam-se por:

- Terem atitudes de aceitação e valorização da diversidade por parte da comunidade educacional;
- Possuírem um projeto educacional institucional que contemple a atenção à diversidade;
- Evidenciarem presença de liderança e comprometimento, por parte da direção da escola, com a aprendizagem e a participação de todos os alunos e alunas;
- Realizarem trabalho conjunto do corpo docente, permitindo a unificação de critérios à adoção de um contexto conceitual compartilhado e a colaboração em torno de objetivos comuns;

- Apresentarem adequação no nível de formação dos docentes, em termos de necessidades educacionais especiais e estratégias de atendimento à diversidade;
- Desenvolverem um currículo o mais amplo, equilibrado e diversificado possível e passível de ser adequado às necessidades individuais e sócio-culturais dos alunos;
- Terem estilo de ensino aberto e flexível, baseado em metodologias ativas e variadas, que permitam personalizar os conteúdos da aprendizagem e promovam o maior grau possível de interação e participação de todos os alunos;
- Estabelecerem critérios e procedimentos flexíveis de avaliação e promoção;
- Desenvolverem uma cultura de apoio e colaboração entre pais, professores e alunos;
- Contarem com a participação ativa e o compromisso dos chefes de família;
- Disponibilizarem serviços permanentes de apoio e assessoramento, voltados para docentes, alunos e pais;
- Desenvolverem relações de colaboração e intercâmbio com outras escolas comuns da comunidade e com escolas especiais;
- Terem abertura e relação de colaboração com outros setores da comunidade.

Para tanto, é importante saber que educação evoluiu como movimento de desafio as políticas públicas educacionais. Por conseguinte, ainda é considerada uma área nova de pesquisa no Brasil, uma vez que representa problemática que desafia tanto as autoridades como os profissionais que são responsáveis para proporcionarem a inclusão no âmbito escolar.

A educação inclusiva vem sendo discutida em termos de justiça social, pedagogia na reforma escolar e melhorias nos programas. No que diz respeito ao social, ela está relacionada aos valores de igualdade de aceitação. No que tange a pedagogia tem-se que refletir pensando

em uma escola inclusiva diversificada, flexível e colaborativa veementemente com a casuística. “A inclusão pressupõe que a escola se ajuste a todas as crianças que desejam matricular-se, em vez de esperar que uma determinada criança com necessidades especiais se ajuste à escola.” (Pacheco, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, para oferecer uma educação de qualidade aos portadores de necessidades especiais, fazem-se necessárias várias mudanças no quadro de ensino que vai da revisão curricular até a preparação do corpo docente que no atual estágio da educação inclusiva estão sendo preparados de forma superficial para enfrentarem turmas que carecem de profissionais realmente habilitados para lidar com a diversidade na sala de aula.

Nas pesquisas bibliográficas, percebe-se a carência existente na área pelos diversos relatos onde professores de alunos das aulas regulares recebem treinamentos para lidar com alunos especiais. Ao se depararem com o problema é estabelecida uma barreira pois são realidades diversas terminando por desestimular o profissional.

Pensar educação inclusiva é, portanto, oferecer condições em todas as áreas para que o processo possa fluir de forma a alcançar o seu objetivo maior que é o da inclusão social, caso contrário estará entrando no processo da exclusão através da evasão escolar.

Pensar em "educação inclusiva" é efetivamente entender todos os processos contribuintes para atender à diversidade totalizada das necessidades educacionais dos alunos, considerando a variedade no modo como as pessoas conceitualizam esse fenômeno.

A inclusão é um processo que deve ser pensado de forma estratégica por todos, posto que, essa temática está presente cotidianamente na vida da população, sendo que, acredita-se que existe uma maior facilidade de alcançar esse objetivo tão complexo, através da educação,

discernindo e compreendendo as formas pedagógicas pelas quais se tornam mais acessíveis a efetivação da temática.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FONSECA, Victor. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZÁLES, José Antonio Torres. **Educação e diversidade**: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PACHECO, José. EGGERTDÓTTIRO, Rosa. MARINÓSSON, Gretas L. caminhos para a inclusão: Um guia para o aprimoramento de equipe escolar Porto Alegre: Artmed, 2007

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri; BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial**: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. São Paulo: Artmed, 1996.